

## Classe trabalhadora vai às ruas por dignidade e direito ao descanso

8 a 11



Entrevista aborda riscos da mineração  
de terras raras no Brasil 12 e 13

Delegação do ANDES-SN participa das  
atividades do 1º de Maio em Cuba 14 e 15

No último dia 5 de maio, um lamentável episódio, ocorrido nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), recolocou no centro do debate o ataque sistemático às Universidades brasileiras por parte de políticos e influenciadores digitais ligados à extrema direita. Acompanhado por um séquito de seguidores e por seguranças privados, o vereador da cidade de Manaus, Coronel Rosses (PL), invadiu o campus com o objetivo de retirar cartazes de manifestação de estudantes afixados nos prédios, o que provocou conflito com discentes e com o docente Luiz Antonio Nascimento de Souza, do Departamento de História.

Embora gravíssimo, o evento não tem um caráter singular ou isolado: trata-se de uma prática dotada de método bem estabelecido, que tem sido reproduzida nas Universidades brasileiras, de norte a sul do país. Com o objetivo de cercear a liberdade de manifestação, garantida constitucionalmente, e provocar confrontos violentos, extremistas de direita, em geral parlamentares ou ativistas midiáticos, violam a autonomia universitária, ocupam os campi e transformam suas pequenas tentativas de putsch em um espetáculo de ódio à liberdade de ensinar e aprender e, por conseguinte, à própria democracia. O propósito último

desses agitadores é nítido: instilar uma campanha de desmoralização das instituições de ensino superior públicas entre a população brasileira, sobretudo entre os mais jovens, atacar a educação, o conhecimento e a produção científica.

Não é um movimento gratuito. Enquanto a crença no potencial transformador da educação baseia-se em uma profunda esperança quanto ao futuro e às capacidades humanas, o combustível do fascismo é o realismo cínico quanto ao presente e o culto ao desespero. Diante de um ca-

junto às nossas juventudes e os frutos das ações desses extremistas começam a aparecer: pesquisa recente do Instituto Atlas/Intel sobre preferência político-partidária da população brasileira revelou que mais de 30% dos meninos entre 16 e 24 anos de idade consideram o "Missão", partido formado por integrantes do chamado "Movimento Brasil Livre" (MBL), como a melhor agremiação do país. É nossa responsabilidade reagir diante desse cenário! Nos próximos meses, o

ANDES-SN reforçará a campanha "Lutar não é crime", buscando aprofundar a denúncia desses ataques da extrema direita às Universidades brasileiras e desenvolver ações em defesa da educação pública, da autonomia universitária, da liberdade de cátedra e do livre direito à manifestação. Fascistas, não passarão!



# LUTAR NÃO É CRIME!

pitalismo em profunda crise, desde, pelo menos, 2008, em um cenário em que a austeridade neoliberal restringe direitos, em que o mundo do trabalho formal derrete a olhos vistos, sob a pressão dos processos de plataformação, e em que a centralidade das redes como meios de mediação social generalizados contribuem para a atomização e fragmentação dos vínculos entre indivíduos, retirar de uma juventude com cada vez menos perspectivas qualquer esperança quanto ao papel da educação na mudança de suas vidas é uma estratégia fundamental da extrema direita na tentativa de capturar corações e mentes para seu projeto autoritário.

Há uma batalha sendo travada

## Expediente

*O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN*

**Diretor Responsável:**  
Diego Ferreira Marques

**Edição e Revisão:**  
Renata Maffezoli MTb 37322/SP

**Jornalistas:**  
Bruna Yunes DRT 9045/DF  
Renata Maffezoli

**Diagramação e arte final:**  
Silas William Vieira

**Fotos:**  
Eline Luz/ANDES-SN

[imprensa@andes.org.br](mailto:imprensa@andes.org.br)  
[andes.org.br](http://andes.org.br)

# Vem aí o II Seminário Nacional de Questões Organizativas do ANDES-SN



a possíveis mudanças estruturais no sindicato.

Segundo Caroline Lima, 1ª vice-presidenta do ANDES-SN, o Seminário Nacional, desde sua primeira edição, é fruto dos debates iniciados no 43º Congresso do ANDES-SN, realizado em 2025, que apontou a necessidade de avançar na reestrutura-

Entre os dias 22 e 24 de maio, em Campinas (SP), será realizado o II Seminário Nacional de Questões Organizativas, Administrativas, Financeiras e Políticas do ANDES-SN. O evento ocorrerá no Auditório Milton Santos, no Instituto de Geociências (IG) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

O encontro tem como objetivo aprofundar debates que contribuam para a construção de possíveis mudanças estruturantes na organização política, administrativa e financeira do Sindicato Nacional.

A realização do II Seminário atende à deliberação do 44º Congresso do ANDES-SN, realizado em março deste ano, que definiu o encontro como etapa preparatória para o próximo Conad Extraordinário, previsto para novembro, em Brasília (DF). Na pauta, constam diversos Textos de Resolução (TRs) — incluindo os TRs 79 (itens 1, 2, 3 e 6), 80, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 93, 94 e 95 — relacionados ao Tema IV, que tratam de propostas voltadas

ção do sindicato — especialmente no que diz respeito à organização dos eventos, às questões organizativas e financeiras, ao apoio às seções sindicais menores e à própria concepção de Sindicato Nacional. A primeira edição do seminário nacional aconteceu no final do ano passado.

“Esse processo indica um esforço coletivo de aprofundar a discussão e construir caminhos para a reestruturação do sindicato a partir da base, por meio de um amplo diálogo com a categoria. Trata-se, portanto, de um momento importante para fortalecer a organização do ANDES-SN e aprofundar sua democracia interna”, disse.

Também está previsto que a diretoria do ANDES-SN elabore propostas e estudos específicos para subsidiar esses debates. Entre eles, uma proposta sobre o financiamento das campanhas das chapas nas eleições nacionais do Sindicato e o custeio dos processos eleitorais nas seções sindicais, além de um estudo sobre a redução do impacto do rateio de custos de eventos

para as seções sindicais.

## I Seminário

A primeira edição do Seminário ocorreu em novembro de 2025, em São Paulo (SP), com o objetivo de fortalecer a unidade e a estrutura interna da entidade. O encontro focou nos desafios do movimento sindical, debatendo a organização da classe trabalhadora e a necessidade de atualizar os fóruns deliberativos, como Congressos e Conads, para garantir uma gestão mais democrática e representativa das bases docentes. As discussões também abordaram a sustentabilidade financeira da instituição, tratando especificamente do sistema de fundo único e do rateio de recursos para apoiar seções sindicais com menos verba. Além disso, foram pautadas questões sobre a composição política da diretoria e a proporcionalidade nas decisões, além da metodologia nos espaços deliberativos do ANDES-SN.

## Programação

### 22 de maio (sexta-feira)

14h às 17h: Plenária de Debate 1 – Questões Financeiras: Fundo Único e Rateio;

17h30 às 20h30: Plenária de Debate 2 – Eleições do ANDES-SN: Fundo para as eleições e seu custeio nas seções sindicais; e o uso da virtualidade nas eleições.

### 23 de maio (sábado)

9h às 12h: Plenária de Debate 3 – Eleições do ANDES-SN:

Composição da Diretoria e das Secretarias Regionais;

14h às 17h: Plenária de Debate 4 – Questões organizativas: Formato dos eventos do ANDES-SN.

### 24 de maio (domingo)

9h às 12h: Plenária de Debate 5 – Políticas de apoio para seções sindicais pequenas e o uso da virtualidade nos espaços do ANDES-SN;

12h às 13h: Plenária de Encerramento.

# Semana de Lutas das Iles, Imes e Ides tem mobilização por mais orçamento

*Seções Sindicais também reivindicaram o fim da lista tríplice*

O início do mês de maio foi marcado pela Semana de Luta do Setor das Instituições Estaduais, Municipais e Distrital de Ensino Superior (Iles, Imes e Ides). Entre os dias 4 e 8, as seções sindicais do setor realizaram diversas atividades como debates, seminários, atos públicos, ações em assembleias legislativas, tendo como tema central "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital: Quem Conhece Defende Mais Verbas para a Educação!".

A iniciativa, aprovada no 44º Congresso do Sindicato Nacional, realizado em março, buscou fortalecer a defesa do financiamento público, da autonomia universitária e da valorização da carreira docente. A semana ocorreu estrategicamente em um período de debates sobre as leis orçamentárias (LDO e LOA) nos estados, municípios e Distrito Federal, permitindo que as seções sindicais pressionassem

diretamente os governos locais por recomposição orçamentária e melhores condições de trabalho.

A programação também trouxe, no dia 6 de maio, um dia nacional dedicado à luta pelo fim da Lista Tríplice. Sérgio Barroso, 1º tesoureiro do ANDES-SN, destacou que, com a sanção lei que acaba com a lista tríplice nas universidades federais (Lei 15.367/2026), em 30 de março, a coordenação do Setor das Iles, Imes e Ides avaliou ser uma boa oportunidade para pautar essa luta nas demais universidades públicas.

"A semana serve para nacionalizar as pautas comuns desse Setor que tem muitas especificidades regionais. A luta por mais recursos financeiros e pelo fim da lista tríplice, dentro dos princípios de gestão democrática defendidos pelo ANDES-SN, são pautas que unificam a luta da categoria nas Estaduais, Municipais e Distrital. Acha-

mos pertinente aproveitar o momento de aprovação da mudança da escolha de reitores e reitoras nas Federais, para levar essa demanda de forma nacionalizada para os governos estaduais, municipais e distrital", comentou.

Na Bahia, o Fórum das Associações Docentes (ADs) - que reúne representações das seções sindicais nas quatro universidades baianas Uesc, Uneb, Uefs e Uesb - esteve na Assembleia Legislativa da Bahia (Alba), para articular apoio ao projeto de lei estadual (nº 26.247/2026), que dispõe sobre o fim da lista tríplice na escolha de reitores e reitoras e vice-reitores e vice-reitoras. O objetivo é ampliar a adesão à proposta, protocolada recentemente com apoio do mandato do deputado estadual Hilton Coelho (PSOL).

Além da pauta da autonomia e do orçamento, as atividades da Semana incluíram a luta para que estados, municípios e o Distrito Federal implementem a Lei 15.142/2025, de reserva de 30% das vagas em concursos públicos às pessoas pretas e pardas, indígenas e quilombolas, e a defesa de cotas para a população Trans/Travesti. Também foi pauta a forma precária de contratação em diversas universidades estaduais, municipais e distrital, com a cobrança por realização de concursos públicos.

No Pará, o Sinduepa SSind. promoveu mesas-redondas na universidade estadual para discutir autonomia e

## Greve vitoriosa na UnDF

Após 48 dias de greve, docentes da Universidade do Distrito Federal (UnDF) decidiram, por maioria, encerrar a paralisação e retomar as atividades no dia 12 de maio. De acordo com Kissila Mendes, vice-presidenta do Sindicato de Docentes da UnDF (SindUnDF SSind.), a mobilização da categoria conseguiu garantir um termo de acordo com a nova reitora, Fernanda Marsaro dos Santos, e o governo do Distrito Federal, que prevê tanto a criação de grupos de trabalho e quanto de uma mesa permanente de negociação, para tratar das pautas pendentes tanto de docentes como de estudantes, como a instituição do Conselho Universitário e a realização de eleição para reitoria.

Além da exoneração da reitora pró-tempore, o governo do DF garantiu ainda que estudantes que iniciaram seus cursos no Campus Lago Norte vão concluí-los no mesmo local. "A gente acredita que foi uma greve muito vitoriosa, até muito mais do que esperávamos, por conta dessa exoneração da reitora, que era um grande impasse na nossa vida universitária. Além da reitora, vários outros cargos comissionados se exoneraram. Então, assim, os professores estão gradativamente ocupando esses cargos, o que já também nos ajuda na questão da autonomia universitária", concluiu.

# UNIVERSIDADES ESTADUAIS, MUNICIPAIS E DISTRITAL:

**QUEM CONHECE, DEFENDE!**

financiamento, diante da proposta de criação de novas universidades estaduais, ressaltando que a expansão não deve ocorrer sem garantias reais de funcionamento.

No Ceará, o Sinduece SSind. realizou seminário sobre o subfinanciamento, contando com a participação do docente da Uepa, Emerson Duarte, que pesquisa Carreira Docente e Financiamento do Ensino Superior, e do deputado estadual Renato Roseno, que expôs a dívida histórica do Ceará com suas universidades estaduais. Já o Sindiuva SSind. realizou uma semana de congresso constituinte para discutir a autonomia universitária.

Em Santa Catarina, a Aprudesc SSind. intensificou a campanha "Defasagem Zero" para combater a corrosão salarial provocada pela inflação e garantir a recomposição salarial da categoria docente na Udesc.

Em São Paulo, a Semana de Lutas coincidiu com a rodada de negociações entre o Fórum das Seis - que reúne representações das comunidades universitárias da USP, Unesp e Unicamp - e o Conselho de Reitores das Estaduais de São Paulo (Cruesp). As categorias docentes e técnico-administrativas rejeitaram a proposta inicial de 2% de reajuste, posteriormente elevada para 3,47%

(índice baseado no IPC-Fipe), o que ainda fica muito aquém da reivindicação de 15,97% necessária para recompor o poder, considerando perdas acumuladas desde 2012. O movimento também denunciou a postura dos reitores da USP, Unesp e Unicamp de banir pautas estudantis das negociações, ignorando reivindicações cruciais como políticas de permanência e contratação de pessoal.

## Subfinanciamento e o Impacto na Autonomia

A mobilização nacional foi subsidiada por dados alarmantes apresentados durante uma reunião conjunta dos Setores e do GT Verbas do ANDES-SN, realizada em Brasília, em março. O relatório "Panorama do Financiamento das Ies/Imes/Ides no Brasil" revelou que o crescimento da arrecadação estadual em diversas regiões não se traduziu em um aumento proporcional no financiamento das universidades.

A análise crítica aponta que mecanismos como o Novo Arcabouço Fiscal (LC 200/23) e

a Desvinculação de Receitas (DRU) têm institucionalizado a austeridade, forçando uma privatização por via do desfinanciamento. Em São Paulo, por exemplo, embora o modelo vinculado ao ICMS ofereça certa previsibilidade, a participação relativa das universidades na arrecadação caiu de 11,88% em 2016 para 8,63% em 2024.

Conforme o levantamento, a disparidade regional de financiamento das instituições também é gritante. Enquanto a Universidade de São Paulo (USP) detém um orçamento discricionário bilionário, a Universidade Estadual de Alagoas (Uneal) sobrevive com recursos que inviabilizam qualquer autonomia plena.

## "Quem Conhece, Defende!"

A Semana de Lutas também intensificou a pauta da Campanha "Universidades Estaduais, Municipais e Distrital - Quem conhece, defende!", com ações em defesa de orçamento público e da autonomia universitária nas constituições de estados e leis orgânicas dos municípios e DF.

Nos próximos meses, a categoria docente do Setor das Ies, Imes e Ides deve seguir pressionando parlamentares e Executivos para garantir a ampliação do orçamento destinado às instituições, uma vez que a maioria das casas legislativas deve aprovar a lei orçamentária entre os meses de junho e julho.

## Uerj segue em greve

Até o fechamento desta edição (8/5), docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) permaneciam em greve. A paralisação, iniciada em 25 de março, reivindica, entre outros pontos, recomposição salarial imediata; efetivação das conquistas do plano de cargo docente; recomposição do orçamento da UERJ com a aprovação anual do orçamento fixado pelo Conselho Universitário; vinculação de 6% da Receita Corrente Líquida Anual do Estado para a UERJ; e a imediata suspensão de todos os atos administrativos e/ou judiciais que configurem criminalização dos movimentos estudantil e técnico administrativo na ocupação da universidade realizado em 2024.

# Em reunião no MEC, ANDES-SN discute eleição de dirigentes das IFE

*Sindicato Nacional reforçou cobrança pelo cumprimento do acordo de greve*

A primeira Reunião Ordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanente no âmbito do Ministério da Educação (MSNP/MEC), realizada no dia 28 de abril, teve como pauta formal única o debate sobre a democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). O encontro também foi marcado pelas cobranças, de servidoras e servidores da Educação Federal, pelo cumprimento dos acordos firmados ao final da greve de 2024 e a retomada das negociações por parte do governo federal.

A discussão central esteve relacionada às mudanças introduzidas pela Lei 15.367/2026, sancionada em mar-

ço, que extinguiu a lista tríplice para a escolha de reitoras e reitores das universidades públicas federais. A medida é considerada uma conquista no processo de democratização das instituições. Pelo ANDES-SN, estiveram presentes Fernanda Maria Vieira, secretária-geral, e Lívia Gomes dos Santos, 1ª vice-presidenta da Regional Planalto. Também participaram da reunião representantes do Sinasefe e da Fasubra, entidade que está em greve.

“O debate foi importante, com as entidades colocando a preocupação de não haver uma métrica para garantir, especialmente, a proporcionalidade [no processo de escolha].

Há muitas instituições que mantêm uma proporcionalidade rebaixada na representatividade de técnicos-administrativos e discentes na fórmula 70% x 30%”, alertou a secretária-geral do Sindicato Nacional.

Na reunião, após questionamentos das entidades, o governo sinalizou a criação de um grupo de trabalho (GT), com representantes das entidades da Educação, para definir critérios e procedimentos para a regulamentação do processo de escolha de dirigentes. O governo pediu um prazo de 10 dias para apresentar a proposta do GT, sua composição e a minuta que servirá de base para o debate. Até o momento, não houve resposta.

O ANDES-SN também defendeu a inclusão do movimento estudantil no GT e reafirmou sua posição histórica de que a escolha das gestões das Reitorias deve ocorrer por meio de eleições diretas, com voto secreto e participação de docentes, estudantes e servidoras e servidores técnico-administrativos, garantindo a autonomia universitária.

“A ideia é recuperar o projeto de universidade que queremos, tendo como tema a democratização das nossas Ifes,



projeto conquistado na Constituição Federal”, disse Fernanda Maria.

A mudança na legislação extingue um mecanismo herdado da ditadura empresarial-militar (1964-1985), que abria espaço para processos de intervenção nas universidades, fenômeno vivenciado recentemente durante o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

### EBTT

Apesar da pauta única, as entidades presentes aproveitaram o espaço para cobrar do governo respostas sobre pontos pendentes do acordo de greve de 2024. Entre os principais temas esteve a revisão do Decreto 1.590/95, que trata do controle de ponto para docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). A medida, acordada com o governo, segue parada na Casa Civil, aguardando encaminhamento desde 2024, mesmo após a conclusão dos trabalhos de um grupo técnico.

Segundo a secretária-geral do Sindicato Nacional, o governo informou que a orientação atual do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) é de que a regulamentação sobre o controle de ponto compete ao MEC, e não mais à Casa Civil. Diante das recentes mudanças ministeriais, Fernanda Maria defendeu que a cobrança pelo encaminhamento da nova regulamentação se tornou ainda mais urgente.

“É vergonhoso que estejamos há quase dois anos aguardando o cumprimento de um acordo que não representa nenhum acréscimo econômico e, portanto, somente precisaria, para sua efetivação, de vontade política e compromisso



ético com os acordos firmados no período da greve”, alertou.

### Greve

Nesse contexto, a greve das servidoras e dos servidores técnico-administrativos em educação (TAE), organizada pela Fasubra, segue em curso desde 23 de fevereiro e já conta com a adesão de mais de 50 instituições federais. A ausência de diálogo é apontada como o principal entrave para o avanço das negociações.

Entre as reivindicações da categoria estão o cumprimento integral do acordo firmado ao fim da greve de 2024 e a reabertura das mesas de negociação, encerradas unilateralmente pelo governo. Também estão em disputa o reposicionamento de aposentadas e aposentados, a inclusão de servidoras e servidores que ficaram fora do plano de carreira, a regulamentação da jornada de 30 horas semanais e o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).

De acordo com Tereza Fujii, coordenadora de Aposentados e Assuntos de Aposentadoria da Fasubra, a ausência de diálogo com o MGI tem agravado o impasse. Fujii denunciou

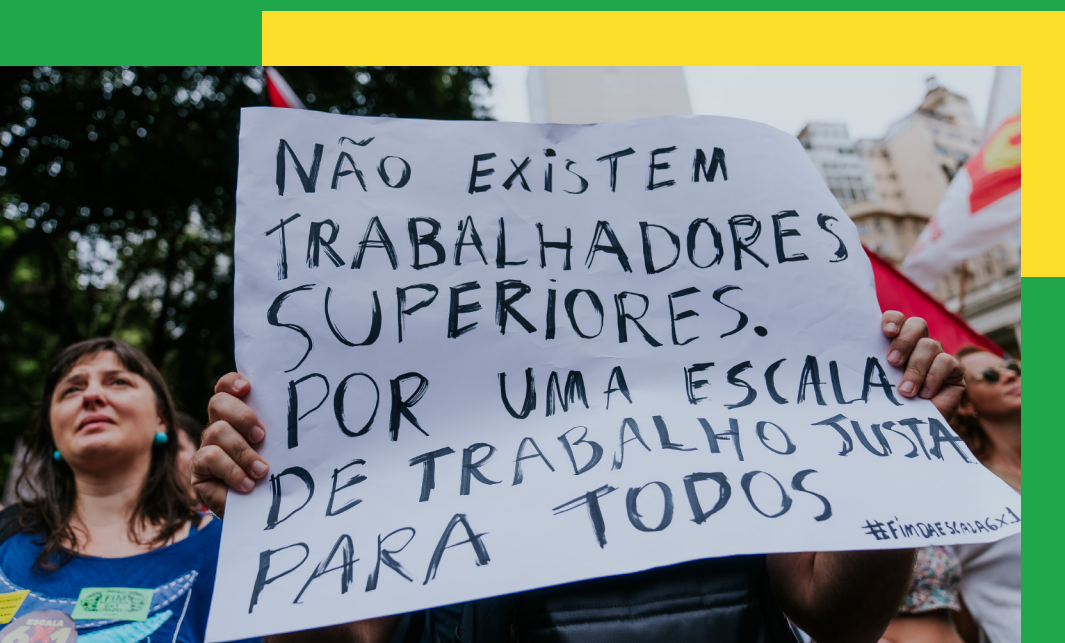
ainda episódios de repressão às mobilizações em Brasília, como o ocorrido no dia 23 de abril, quando a polícia utilizou de força para retirar as e os manifestantes que protestavam em frente ao prédio do MGI.

A dirigente afirmou que a categoria seguirá intensificando as ações até que o governo retome as negociações. “ Fizemos um acordo em 2024 e o restante da pauta ficou para a mesa de negociação. Infelizmente, o governo fechou as mesas unilateralmente, deixou de nos receber e afirmou que não concederia pontos que já estavam acordados”, relatou.

As servidoras e os servidores das universidades federais seguem em mobilização, com atividades no Aeroporto Internacional de Brasília e visitas aos gabinetes de parlamentares no Congresso Nacional, cobrando o cumprimento integral do acordo de greve. Além disso, foram entregues ofícios e reforçada a reivindicação pela reabertura imediata das negociações com o governo federal. A expectativa é de que a ampliação da adesão à greve e das mobilizações pressionem o Executivo a retomar as mesas de negociação e cumprir os compromissos assumidos.

# Luta por trabalho digno e direito ao descanso se intensifica no país

Servidoras e servidores também protestaram pela regulamentação da Convenção 151 da OIT



**T**rabalhadores e trabalhadoras de todo o Brasil foram às ruas no 1º de Maio, Dia do Trabalhador e da Trabalhadora, reivindicar o direito ao descanso. Com atos em diversas capitais — como Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus e Salvador — e outras cidades pelo país, a classe trabalhadora manifestou-se contra exaustiva de escala seis dias de trabalho e um de descanso (6×1) e em defesa da redução da jornada de trabalho sem redução salarial.

A luta pelo fim da 6×1 conta com o apoio de 71% da população brasileira, segundo pesquisa do Instituto Real Time Big Data publicada no dia 5 de maio. A mobilização ganhou fôlego novo com o avanço da pauta no Congresso Nacional e se soma à resistência de motoristas,

entregadoras e entregadores de aplicativos, que em abril também paralisaram atividades contra a precarização extrema do setor.

## A luta além da escala

Para a economista e professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), Sofia Manzano, a discussão que ferve no Parlamento e nas ruas precisa de clareza conceitual para evitar armadilhas patronais. Em entrevista, Manzano ressaltou que, embora o fim da escala 6×1 seja um passo vital, ele não encerra a batalha contra a superexploração.

“O fim da escala 6×1 é fundamental e importante, mas por si só, ele não resolve o problema da superexploração do trabalho e do fato de que as nossas vi-

das não existem para além do trabalho. Porque a escala de trabalho só distribui a jornada ao longo da semana, ela não reduz por si só o tempo de trabalho”, afirmou a docente.

A professora defendeu que a bandeira central deve ser a redução da jornada para 30 horas semanais. Ela alertou que setores do grande capital já sinalizam apoio ao fim da escala 6×1, desde que a carga horária semanal permaneça intacta. “Isso não vai aliviar para o trabalhador, porque ao invés dele trabalhar 8 horas por dia, vai ter que trabalhar 9 horas, 9 horas e meia”, explicou, citando o exemplo de retrocessos em países como a Argentina, que adotou recentemente jornadas de até 12 horas diárias.

Quanto aos argumentos de que a redução prejudicaria a economia ou geraria desemprego, Sofia Manzano rebateu e afirmou que o efeito é o inverso. “A pessoa trabalhando menos tempo por dia, abre vaga no mercado de trabalho, porque mais pessoas terão que ser contratadas, isso aumenta a renda do trabalho no país. Portanto, tem mais gente podendo usufruir do seu trabalho em consumo, em lazer, em dedicação à família”, disse.

Para a docente, a resistência empresarial é uma disputa pela apropriação da riqueza. “Não há motivo nenhum a não ser pela lucratividade das empresas. O que eles não querem é abrir mão desta fatia gigantesca de riqueza que nós produzimos”, concluiu.

## Fim da 6x1 deve ser votado em maio

A pressão das ruas, intensificada pelos atos de 1º de Maio, acelerou a tramitação das propostas relacionadas à redução da jornada de trabalho na Câmara dos Deputados. A Comissão Especial que analisa as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 221/19 e 8/25 estabeleceu um cronograma para tentar votar o texto no Plenário da Câmara ainda este mês.

O relator, deputado Leo Prates (Republicanos-BA), busca construir consensos por meio de um plano de trabalho intenso. Prates definiu que o parecer



final da Comissão Especial deverá ser votado até 26 de maio, para que a análise e votação definitiva no Plenário da Câmara ocorra no dia seguinte (27).

Enquanto a tramitação do Projeto de Lei 1838/2026, do Poder Executivo, está parado na Câmara, a Comissão avança na análise das duas PECs, já em tramitação. O PL 1838/26 propõe o fim da escala de trabalho 6x1 e a redução da jornada de trabalho para 40h. Já a PEC 221/19, do deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG), prevê a redução

gradual de 44 para 36 horas semanais e a PEC 8/25, apresentada pela deputada Erika Hilton (PSOL-SP), foca em uma escala de quatro dias de trabalho por semana, com a jornada limitada a 36 horas semanais.

### Por trabalho com dignidade

A luta por condições de trabalho dignas ganhou força também no setor de plataformas digitais. No dia 14 de abril, motoristas, entregadoras e entregadores, que trabalham por mediação de aplicativos, realizaram protestos em mais de dez capitais contra o projeto de

lei que tenta regular a categoria.

Cerca de 1,7 milhão de trabalhadoras e trabalhadores atuam por meio de plataformas digitais no Brasil, segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desse total, 58,3% trabalham em aplicativos de transporte de passageiros e 29,3% em aplicativos de entrega de comida e produtos.

A atividade tem se consolidado como principal fonte de renda para milhares de pessoas, marcada por jornadas extensas, baixa remuneração efetiva e transferência dos custos operacionais para as próprias trabalhadoras e trabalhadores. Em meio a esse cenário, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei Complementar (PLP) 152/2025, que propõe regulamentar o trabalho mediado por plataformas digitais.

O projeto, de autoria de Luiz Gastão (PSD-CE) e relatado por Augusto Coutinho (Republicanos-PE), vem sendo alvo de críticas de entregadoras e entregadores e motoristas de aplicativo em todo o país, que acusam a proposta de institucionalizar a precarização das relações de trabalho.

O projeto cria a figura jurídica do “trabalhador autônomo plataformizado” e estabelece que não há vínculo em-

### Confira as datas principais do calendário da votação do fim da 6x1:

- 12 de maio:** Debate focado nos impactos econômicos da medida.
- 13 de maio:** Audiência sobre os aspectos sociais da redução da jornada.
- 14 de maio:** Seminário regional em Belo Horizonte (MG).
- 18 e 19 de maio:** Escuta das perspectivas de empregadores e trabalhadores, respectivamente.
- 20 de maio:** Previsão de apresentação do relatório final.
- 21 de maio:** Seminário regional em São Paulo (SP).
- 26 de maio:** Votação do parecer na comissão especial.
- 27 de maio:** Expectativa de análise e votação definitiva no Plenário da Câmara.

## Matéria Central

pregatício entre trabalhadoras e trabalhadores e empresas como Uber, 99 e iFood. Também autoriza que as plataformas cobrem até 30% de comissão sobre corridas e entregas e fixa um piso mínimo de R\$ 8,50 para trajetos curtos — valor considerado insuficiente pela categoria e pelo próprio governo federal, que defende remuneração mínima de R\$ 10,00.

Além disso, o PLP 152 mantém a lógica de flexibilização das relações de trabalho ao não garantir direitos básicos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Embora mencione transparência algorítmica e liberdade de conexão, entregadoras, entregadores e motoristas criticam o projeto por consolidar vínculos precários e favorecer os interesses das empresas.

Para o entregador Diego Dutra, que atua em plataformas de entrega em Brasília (DF), o projeto cria uma falsa ideia de autonomia. “Nós não somos autônomos. A gente não

precifica, não tem clientela. É uma série de características da autonomia que a gente não possui”, afirmou.

No aspecto econômico, a possibilidade de retenção, pelas plataformas, de até 30% do valor arrecadado é considerada abusiva pela categoria. “Hoje existe uma pesquisa que fala que o custo operacional por entrega é de R\$ 0,12. Então, você faz uma entrega de R\$ 600, com custo de R\$ 0,12 e eles ainda querem ficar com 30% de R\$ 7,50, que é o valor mínimo. Não faz sentido para a gente”, criticou Dutra.

As reivindicações da categoria incluem taxa mínima de R\$ 10 por entrega, pagamento de R\$ 2,50 por quilômetro rodado, remuneração pelo tempo de espera nos estabelecimentos, individualização das entregas múltiplas e transparência nos algoritmos utilizados pelas plataformas. “A gente pede também uma taxa por espera, porque o tempo, para quem trabalha sob demanda, é muito importante. Precisamos que esse tempo ocioso seja

remunerado. Mais importante ainda: quando a gente recebe o pedido e a produção demora, precisamos ser remunerados por isso”, explicou.

Outro ponto considerado central para a categoria são seguros que cubram acidentes, danos a terceiros e lucro cessante — quando o trabalhador fica impossibilitado de trabalhar por conta de acidentes ou problemas de saúde. “Liberdade sem segurança não é liberdade”, destacou. “A gente sofre perseguição, preconceito e enfrenta diariamente o perigo nas vias. Hoje, em média, ocorrem 30 óbitos de motociclistas por dia [no país]”, acrescentou.

De acordo com o entregador, a defasagem da remuneração nos últimos anos vem sendo compensada pelo aumento do tempo de trabalho. “Antes, a gente trabalhava 8 horas, aí foi para 10 horas, 12 horas, 14 horas. Então, para manter um certo padrão e pagar os nossos custos, a gente tem que trabalhar mais, cada vez mais”, relatou.

Além disso, Dutra destacou que os custos operacionais recaem integralmente sobre entregadoras, entregadores e motoristas, que precisam arcar



Foto: Paulo Pinto / Agência Brasil

Em março deste ano, o governo federal apresentou um relatório elaborado pelo Grupo Técnico de Trabalho dos Entregadores por Aplicativos, construído em conjunto com representantes da categoria. O texto prevê piso mínimo de R\$ 10 por corrida, aumento do valor por quilômetro rodado de R\$ 1,50 para R\$ 2,50 após o quarto quilômetro rodado, além da criação de 100 pontos de apoio com estrutura básica para os entregadores. A proposta também recomenda pagamento integral das chamadas entregas múltiplas, buscando evitar perdas na remuneração das trabalhadoras e dos trabalhadores



Foto: Paulo Pinto / Agência Brasil

com combustível, manutenção do veículo, celular, internet e equipamentos de proteção. “A gente precisa de uma lei que dê conta de todos esses desafios diários que enfrentamos”, defendeu.

As críticas ao PLP 152 impulsionaram mobilizações em diversas cidades do país. O movimento defende o arquivamento do projeto e reivindica que o governo federal edite uma Medida Provisória para garantir melhorias imediatas nas condições de trabalho e remuneração da categoria. Nos bastidores, informações apontam que o governo federal e a Câmara dos Deputados articulam adiar a tramitação do projeto para 2027, diante dos impasses sobre remuneração mínima e do impacto que as mudanças poderiam gerar no preço final das corridas e entregas.

### Convenção 151 da OIT

Outro tema que movimentou a luta da classe trabalhadora, em especial das servidoras e dos servidores públicos, foi a regulamentação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No dia 15 de abril, as e os docentes participaram da Marcha da Classe Trabalhadora, convocada pelas Centrais Sindicais. O protesto defendeu a regulamentação da Convenção 151 da OIT, o fim da escala de trabalho 6x1 e apresentou uma plataforma unificada de reivindicações ao governo federal.

Há mais de uma década, o ANDES-SN e as demais entidades que compõem o Fonasefe reivindicam uma lei que garanta a aplicação da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Estado Brasileiro validou este tratado internacional em 2010, e, apesar de ter entrado em vigor em 2011, ainda não existe uma lei específica no Brasil para assegurar sua aplicação.

As e os manifestantes caminharam do Teatro Nacional até o Congresso Nacional, levando bandeiras, cartazes e faixas com as pautas das diferentes categorias presentes. Em resposta à pressão das trabalhadoras e dos trabalhadores, no dia seguinte (16), o governo federal apresentou, ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei 1.893/2026. A proposta visa democratizar as relações de trabalho no setor público e assegurar o direito à licença remunerada para o desempenho de mandato classista.

“Esse projeto é uma luta antiga e na greve de 2024 foi cobrado que o governo apresentasse um PL que nos permitisse incidir sobre o Parlamento e agora esse é o momento chave para que, em unidade, possamos atuar na garantia da aprovação de uma legislação tão fundamental na construção de parâmetros democráticos para o serviço público”, destacou o presidente do ANDES-SN, Claudio Mendonça. Ele reforçou que o PL garante a negociação coletiva para o

funcionalismo público das três esferas – federal, estadual e municipal.

O dirigente pontuou ainda que a legislação permitirá estabelecer uma regra de negociação, criando bloqueios aos “aventureiros saudosistas do regime de exceção”, de negarem, anualmente, as mesas de negociação para as categorias do serviço público.

“A experiência recente demonstrou para as categorias em luta do serviço público que os direitos de negociação e da liberdade sindical não podem ser flexibilizados, pois quem perde é a própria democracia. A Convenção 151 da OIT, da qual o Brasil é signatário, impõe o reconhecimento da legitimidade sindical no fortalecimento democrático e nas garantias da dignidade do trabalho daqueles e daquelas que atuam diretamente na efetivação das políticas públicas, tão necessárias para o conjunto da sociedade, especialmente para a classe trabalhadora”, alertou.

O segundo ponto relevante, de acordo com presidente do ANDES-SN, é que o PL 1893/26 altera a Lei 8112/90 e passa a garantir a licença sindical remunerada para os quadros dirigentes de entidades representativas de classe. “Essa é também uma reivindicação antiga no ANDES-SN, pois, como o nosso Sindicato tem uma abrangência nacional, a ausência de licença garantida no plano federal impõe uma série de sacrifícios aos e às dirigentes, que têm que cumprir com os encargos da carreira docente como sala de aula, extensão, pesquisa, orientação, entre outras atividades”, concluiu.

Entre os dias 11 e 14 de maio, o ANDES-SN e demais entidades que compõem o Fonasefe realizarão uma força-tarefa em Brasília para pressionar pela aprovação do Projeto de Lei 1.893/2026. “Agora é hora de pressão total no Congresso para que, finalmente, possamos ter os mesmos direitos de organização que os trabalhadores e as trabalhadoras do setor privado já possuem”, afirmou, em nota, o Fonasefe.



# Terras raras e soberania: os riscos do novo ciclo mineral no Brasil

A compra da mineradora brasileira Serra Verde pela empresa estadunidense USA Rare Earth (USAR), por cerca de US\$ 2,8 bilhões, reacendeu o debate sobre terras raras - ainda pouco conhecidas pela maior parte da população. Presentes em componentes de telas, chips e baterias, os minerais encontrados nessas áreas são essenciais para tecnologias como telefones celulares, carros elétricos, turbinas eólicas e armamentos militares.

Embora não sejam tão raros, sua extração e refino são complexos, caros e poluentes. Em meio à disputa global liderada por Estados Unidos e China, o Brasil, que detém cerca de 20% das reservas, ainda participa pouco das etapas mais lucrativas, como a produção e o refino. Para discutir os impactos e interesses em jogo, o ANDES-SN entrevistou Charles Trocate, do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

**InformANDES: A compra da mineradora Serra Verde por uma empresa dos EUA levanta dúvidas sobre a soberania nacional e o risco de o Brasil repetir o modelo de exportar matéria-prima sem valor agregado?**

*Charles Trocate:* Essa recente aquisição deve ser compreendida à luz do chamado “problema mineral brasileiro”, no qual o país não atua propriamente como “minerador”, mas como “minerado”. Isso significa que os impactos territoriais, sociais e ambientais permanecem no

Brasil, enquanto a apropriação da renda e das decisões se desloca para fora. Nesse contexto, o risco de repetir o modelo histórico de exportação de matéria-prima sem agregação de valor não apenas é elevado, como estrutural, pois está associado à dependência econômica e à reprimarização.

**InformANDES: A disputa entre potências por terras raras na América Latina, como no Brasil e na Venezuela, pode configurar uma nova forma de dependência?**

*CT:* A disputa geopolítica em torno das terras raras atualiza o padrão de dependência e, portanto, configura uma forma contemporânea de neocolonialismo mineral. O problema mineral brasileiro evidencia que o país ocupa uma posição subordinada na economia global, fornecendo bens minerais estratégicos enquanto o controle da renda, da tecnologia e

das decisões permanece concentrado em outros centros. A financeirização da mineração intensifica esse processo, transformando os recursos minerais em ativos integrados a fluxos globais de capital. Assim, o avanço sobre as terras raras na América Latina não representa necessariamente autonomia, mas pode reforçar a inserção dependente e a transferência de riqueza para fora.

**InformANDES: A chamada “transição energética” tem sido apresentada como alternativa substituir fontes de energia fósseis (como o petróleo) por renováveis (como a eólica e a solar). No entanto, esse novo modelo depende da**



Foto: Rodrigo Lima

## extração intensiva de minerais para essas tecnologias. Isso pode aprofundar o modelo extrativista e seus impactos?

CT: A transição energética, longe de alterar esse padrão, tende a aprofundá-lo ao intensificar a demanda por minerais, reforçando um modelo baseado na exportação de bens primários, com baixa tributação e pouca internalização de riqueza. Não se trata de uma ruptura com o modelo, mas de sua reconfiguração, mantendo a exploração intensiva de bens naturais, o consumo elevado de água e energia e a geração de passivos ambientais de longa duração. Nesse sentido, a transição pode não ser efetivamente sustentável, pois substitui uma base energética por outra, sem alterar a estrutura de dependência, a lógica de crescimento e os impactos socioambientais associados à mineração.

## InformANDES: Quais são os riscos ambientais e sociais do refino de terras raras, especialmente em áreas com comunidades tradicionais?

CT: A mineração contemporânea opera de forma intensiva, com baixa internalização de custos e alta externalização de impactos, o que leva à transformação de territórios em zonas de sacrifício. Isso envolve deslocamento de populações locais, pressão sobre terras indígenas e áreas de reforma agrária, degradação ambiental e ruptura de modos de vida. Além disso, a atividade

gera conflitos sociais permanentes, afetando diretamente milhões de pessoas. Em regiões com comunidades tradicionais, esses impactos tendem a ser ainda mais severos, dada a incompatibilidade entre a lógica extrativa e a reprodução social desses grupos.

## InformANDES: O histórico de crimes socioambientais, como o rompimento das barragens em Mariana (2015) e Brumadinho (2019), somado a um modelo de mineração com baixos royalties, pode se repetir na exploração de terras raras no Brasil?

CT: Evitar a repetição de tragédias exige enfrentar as bases estruturais do problema mineral brasileiro. Isso passa pela revisão do regime fiscal, ampliando a captura da renda mineral e superando a regressividade tributária associada a mecanismos como a Lei Kandir e as baixas alíquotas da CFEM [Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais]. Também é necessário combater a captura do Estado pelo capital mineral, fortalecendo o controle social e a participação nas decisões. Além disso, torna-se fundamental estabelecer limites territoriais à mineração, incluindo áreas livres de exploração, e garantir que a gestão dos bens minerais esteja orientada pelo interesse público, e não pela lógica de acumulação privada.

## InformANDES: Como enfrentar a complexidade do problema mineral brasileiro e construir soberania sobre os bens minerais diante de um modelo baseado na

## exportação e na socialização de prejuízos?

CT: O problema mineral brasileiro é multidimensional, envolvendo expropriação territorial, dependência econômica, regressão fiscal, financeirização e produção sistemática de conflitos sociais. Trata-se, portanto, de um problema de desenvolvimento, que revela os limites de um modelo baseado na exportação de bens naturais e na socialização de prejuízos. As alternativas passam pela construção de soberania popular sobre os bens minerais, com iniciativas como a realização de uma Conferência Nacional sobre o tema, a criação de fundos soberanos e a democratização da gestão da renda mineral. Tornar esse problema visível em suas múltiplas dimensões é condição fundamental para sua transformação.

### Câmara aprova PL para exploração de terras raras

Em 6 de maio, a Câmara dos Deputados aprovou o PL 2780/2024, que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. A proposta prevê incentivos para exploração, processamento e reciclagem de terras raras e outros minerais usados em tecnologias, baterias e equipamentos eletrônicos. O texto, encaminhado para votação no Senado, cria um fundo garantidor de R\$ 2 bilhões e incentivos fiscais de até R\$ 5 bilhões para o setor. De acordo com o MAM, o projeto amplia benefícios para mineradoras, enfraquece o debate público e ignora a participação de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Também não garante a consulta prévia (OIT 169) e pode fragilizar o licenciamento ambiental.



# Delegação do ANDES-SN participa de jornada de luta e formação em Cuba

Representantes da diretoria e de seções sindicais reafirmaram solidariedade ao povo cubano no 1º de Maio

A delegação do ANDES-SN, composta por duas representações da diretoria nacional e por representantes das seções sindicais Adufop SSind., Adufmat SSind., Adufes SSind. e Adufu SSind., participou ativamente das celebrações do 1º de Maio em Cuba, integrando uma agenda intensiva de formação política, intercâmbio sindical e ações de solidariedade humanitária. A missão, composta por 11 docentes brasileiros e brasileiras, cumpriu uma deliberação aprovada no 44º Congresso do ANDES-SN para fortalecer o apoio internacionalista ao povo cubano frente ao bloqueio econômico.

## Mobilização histórica em Havana

Sob o lema "A Pátria se defende!", a delegação marchou ao lado de

mais de 500 mil pessoas em Havana, em um ato que se concentrou na Tribuna Anti-Imperialista José Martí, em frente à embaixada dos Estados Unidos. Em toda a ilha, estima-se que mais de 5,2 milhões de cubanos e cubanas tenham saído às ruas para denunciar as sanções estadunidenses e defender a soberania nacional.

Para o presidente do ANDES-SN, Claudio Mendonça, a experiência foi revigorante para a luta sindical. "Saímos ainda mais convencidos de que, onde houver um povo em luta contra as brutalidades do capitalismo — em especial, contra o imperialismo estadunidense — devemos estar enfileirados nessa luta. Foi impactante a marcha com mais de 500 mil cubanos, de crianças a idosos, resistindo ao bloqueio econômico e

ao bloqueio energético", afirmou.

## Formação Política e Unidade Latino-Americana

A agenda incluiu a participação na 9ª Pasantia Sindical, um curso de formação organizado pela Central de Trabalhadores de Cuba (CTC) e pela Federação Sindical Mundial (FSM), que reuniu centenas de militantes de diversos países, incluindo Estados Unidos, Venezuela, México, Colômbia, Uruguai e Chile. O tema central da Pasantia foi "O Movimento sindical latino-americano e os processos políticos pela construção da Unidade no contexto atual".

Entre os dias 23 de abril e 2 de maio, foram realizadas atividades, mesas e debates que abordaram temas urgentes para a classe trabalhadora. Uma das mesas discutiu as transformações no mundo do trabalho, com foco no impacto das novas tecnologias e da Inteligência Artificial sobre a organização sindical.

As delegações debateram, ainda, o pensamento político de Fidel Castro e a resistência do povo cubano frente aos efeitos do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos, que perdura há mais de 60 anos. O evento, sediado na Escola Nacional de Quadros Sindicais "Lázaro Peña", foi organizado pela Central de Trabalha-



dores de Cuba (CTC) e pela Federação Sindical Mundial (FSM).

Letícia Carolina Nascimento, 2ª vice-presidenta do ANDES-SN, destacou a profundidade do aprendizado durante a missão. A diretora lamentou que não foi possível, por motivos de agenda, que toda a delegação docente estivesse em Cuba já no início da 9ª Pasantía Sindical, mas reforçou o acerto na decisão da categoria de enviar representantes para vivenciar a experiência e acompanhar o cotidiano do povo cubano.

"Para mim, a formação política foi um dos pontos mais incríveis, porque é um povo alegre, orgulhoso da sua pátria, da sua comunidade. É uma solidariedade que não se resume a uma questão da doação, mas de viver Cuba, de aprender sobre a importância da Revolução Cubana. Foi uma formação política integral", destacou.

A programação da Pasantía se encerrou em 2 de maio com o Encontro de Solidariedade Internacional e o Simpósio Internacional "O direito dos povos a decidir seu destino no cenário internacional contemporâneo". No Palácio das Convenções de Havana, durante o Encontro de Solidariedade, delegações de todo o mundo se uniram em apoio a Cuba e à Palestina, pedindo a liberdade imediata para o ativista brasileiro Thiago Ávila e o

palestino-espanhol Saif Abu Keshek, detidos arbitrariamente por forças navais israelenses durante uma missão humanitária da Flotilha Global Sumud em 29 de abril, nas proximidades da Grécia.

À tarde, o Simpósio apresentou mesas com diferentes temáticas que reafirmaram a necessidade e a perspectiva de unidade da América Latina, ponto crucial reivindicado nas atividades da Pasantía.

### Solidariedade concreta

Além dos debates políticos, a delegação realizou entregas de medicamentos e insumos hospitalares em unidades de saúde de Havana e outras províncias, como o Hospital Manuel Fajardo, a Policlínica Docente Elpidio Berovides e o Hospital Dermatológico Dr. Guillermo Fernández Hernández-Baquero. Entre as doações, destacaram-se medicamentos e insumos básicos, além de itens de saúde menstrual, como absorventes comuns e reutilizáveis. Parte da delegação docente também participou de trabalho voluntário em hortas comunitárias no projeto agroecológico El Rincón.

Claudio Mendonça reforçou que essas ações simbolizam a união entre os trabalhadores e as trabalhadoras do Brasil e de Cuba. "A participa-

ção do ANDES-SN e de suas seções sindicais cumpriu inúmeros papéis importantes. Um deles foi demonstrar, de forma concreta, por meio das doações, que estamos irmanados na luta e que permaneceremos mobilizados para contribuir dentro das possibilidades objetivas", disse.

Letícia Carolina também ressaltou o impacto do bloqueio imperialista na saúde local, notado durante a visita ao Hospital Manuel Fajardo. "Você começa a ver o cuidado que as pessoas têm e a excelência da medicina cubana, mas também a dureza que é ter uma saúde pública limitada pela falta de insumos. São médicos formados, de qualidade, mas que muitas vezes não conseguem cuidar da população porque não têm material básico devido ao bloqueio", observou.

Além do presidente e da 2ª vice-presidenta do ANDES-SN, compuseram a delegação de docentes Maria Aparecida de Carvalho, diretora da Adufes SSind., Rafael Bellan, da base da Adufes SSind., Mariza Oliveira e Fernanda Nocam, diretoras da Adufu SSind., Kathiúça Bertollo, Gabriela Gomes e Pedro Henrique de Abreu, da diretoria da Adufop SSind., Breno Santos, diretor-geral da Adufmat SSind., e Lélica Lacerda, base da Adufmat SSind.

*\*com informações das Seções Sindicais.  
Fotos: Delegação ANDES-SN*



# Escalada no Oriente Médio expõe política intervencionista dos EUA

O conflito entre Estados Unidos, Israel e Irã já dura mais de 60 dias, com mais de 3,5 mil pessoas mortas, segundo a agência de notícias iraniana ISNA. Recentemente, o presidente dos EUA, Donald Trump, enviou uma “proposta de paz” que exige, do Irã, a suspensão do enriquecimento de urânio e o fim do bloqueio no Estreito de Ormuz, em troca do alívio de sanções. Trump ameaçou intensificar os bombardeios caso o acordo seja rejeitado.

Segundo Muna Muhammad Odeh, 2ª vice-presidenta da Regional Planalto do ANDES-SN, a ofensiva retoma a “Guerra dos 12 dias”, ocorrida entre 13 e 24 de junho de 2025, quando Israel e Irã protagonizaram um confronto direto, com o apoio dos Estados Unidos. A ofensiva militar do ano passado deixou cerca de mil pessoas mortas e milhares de feridas.

“Trump justifica a guerra sob o pretexto de uma ameaça nuclear, ignoran-

do que o Irã é signatário do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, desde 1970”, explicou. Muna recorda que o programa nuclear iraniano teve apoio dos EUA na década de 1950, sob o regime totalitário de Reza Shah, aliado dos EUA.

## Contexto e Impactos

A retomada da guerra em 28 de fevereiro ocorreu em meio à ruptura diplomática. Enquanto o ministro das Relações Exteriores de Omã, Badr Al Busaidi, anunciava avanços nas negociações, ataques coordenados por EUA e Israel atingiram Teerã, Isfahan e Qom. Um dos bombardeios, contra uma escola em Minab, vitimou cerca de 150 crianças e 25 adultos. “Houve surpresa e indignação entre os mediadores ao constatarem que, poucas horas após as conversas, Estados Unidos e Israel deram início a uma ofensiva militar contra o Irã”, destacou a docente.

Em resposta, o Irã lançou mísseis

contra bases aéreas e navais dos EUA e de seus aliados na Península Arábica e bloqueou o Estreito de Ormuz, por onde passa cerca de 20% do petróleo mundial. A medida elevou preços da energia e riscos para a economia global.

Para a diretora do ANDES-SN, a política externa estadunidense busca desestabilizar países estratégicos para garantir acesso a reservas de petróleo e enfraquecer rotas comerciais ligadas à Rússia e à China. Ela associa as condutas ao conceito de “Estados piratas”, do intelectual Vijay Prashad, citando ações dos EUA contra embarcações civis próximas à Venezuela.

“Essa lógica também é adotada por Israel, que recorre ao argumento de ataques preventivos para justificar ações que resultam na morte de civis e na destruição de cidades no Líbano, na Síria e no Iêmen, além da violência contínua nos territórios palestinos ocupados”, pontuou.

Muna Odeh alertou para o risco de ampliação do conflito diante da presença de armas nucleares na Índia — aliada de Israel — e no Paquistão, frequentemente apontado pelo governo israelense como “próximo alvo”. Para a docente, o cenário atual indica a formação de novas alianças geopolíticas e militares no mundo. “Estamos diante de novos arranjos de poder, com o surgimento de novos atores e a redução da influência de outros”, concluiu.

Universidade Shahid Beheshti, que foi parte destruída por bombardeios



ISNA PHOTO  
Alireza Masoumi

Os recursos destinados pelos Estados Unidos à guerra contra o Irã poderiam ter sido utilizados para sustentar a vida de cerca de 87 milhões de pessoas, segundo estimativas do Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários. De acordo com o Pentágono, as Forças Armadas dos EUA já desembolsaram aproximadamente US\$ 25 bilhões desde o início do conflito.